

Como utilizar o crédito externo

MAURO MARCONDES RODRIGUES *

Como é sabido, o crédito de longo prazo é produto escasso na economia brasileira, função da crônica instabilidade macroeconômica e da ainda tímida presença de investidores institucionais no país.

Nesse cenário, a poupança compulsória e o crédito externo são fundamentais para o financiamento do investimento produtivo e social no Brasil.

A primeira é a principal fonte de recursos para que, por exemplo, o sistema BNDES opere financiamentos de projetos industriais e de infra-estrutura, notadamente aqueles conduzidos pelo setor privado.

Quanto à captação externa, encontra-se restrita, em linhas gerais, a duas possibilidades. Uma delas seria a prerrogativa que alguns poucos tomadores brasileiros têm de lançar títulos no seletivo mercado financeiro internacional, e a segunda está vinculada à obtenção de recursos, pelo setor público, junto a organismos multilaterais (Banco Mundial e BID) e bilaterais (agências de governos estrangeiros, tais como Eximbank, KFW, OECF etc.)

Os recursos desses organismos internacionais são, praticamente, a única fonte disponível de financiamento para os investimentos de mais longa maturação do setor público. Tanto é verdade que, apesar da retração dos investimentos do Estado brasileiro observada nos últimos anos, há hoje em execução, pela administração pública, projetos que somam US\$ 22 bilhões, financiados com recursos do Banco Mundial (Bird), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da contrapartida nacional.

Ou seja, o Brasil tem contratados, e portanto à sua disposição, recursos para financiar investimentos em áreas, nas quais a sociedade reclama por soluções. Não é demais repetir: são US\$ 22 bilhões em projetos de saneamento básico, transportes, agricultura, saúde, educação, meio ambiente, entre outras áreas, contemplados com financiamentos externos da ordem de US\$ 10 bilhões.

Apesar da disponibilidade desse montante de recursos, o país enfrenta sérios obstáculos na execução dos projetos. Por conseguinte, os desembolsos dos empréstimos não se concretizam na velocidade esperada e, pior, os investimentos levam anos para materializarem-se, impedindo que a sociedade usufrua dos benefícios para os quais o país contratou esses créditos externos.

Significa dizer que o esforço de se obterem recursos de organismos internacionais, traduzido em uma longa trajetória de preparação de projetos, vinda de missões dos organismos ao Brasil, árduas negociações e toda uma série de barreiras burocráticas a serem superadas, é desperdiçado por dificuldades inaceitáveis na execução desses investimentos.

Para ter-se uma idéia da situação dessa carteira de projetos, basta olharmos para o desempenho dos desembolsos. Se estivéssemos cumprindo com os cronogramas previstos nos relatórios de análise dos dois bancos multilaterais, o país poderia estar recebendo US\$ 2,3 bilhões por ano, aumentando o nível atual de desembolsos anuais desses organismos para o Brasil em US\$ 1,4 bilhão adicionais. Deixariamos, também, de pagar comissões de compromisso em excesso,

como vem acontecendo — ou seja, não seríamos punidos pela não utilização dos recursos.

Esse quadro pode ser mudado. A Seplan já tem mapeados os vários problemas — tanto a nível interno quanto nos próprios organismos — que concorrem para a configuração dessa perversa realidade.

O primeiro e mais importante passo na direção dessa mudança está numa nova postura em relação a essa importante fonte de financiamento. Temos que ter — União, estados e municípios — o mesmo empenho na execução dos projetos, que é observado na contratação de novas operações. Vale dizer: de que adianta a sofreguidão com que se lançam nossos dirigentes na busca de empréstimos com o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências de governos estrangeiros, se não há o mesmo comprometimento com a execução desses projetos?

Hoje, a sociedade é levada a pensar, ao ver na mídia notícias como “Brasil contrata mais tantos milhões de dólares com o Banco Mundial e BID”, que estamos resolvendo os problemas do país. A realidade não é bem essa. É importante continuarmos contratando novas operações, mas, de fato, os resultados só aparecerão na hora em que os recursos desses organismos estiverem sendo investidos nos prazos previstos.

* Secretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento da presidência da República